

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Construção da Secretaria Municipal de Saúde
Município de Caraíbas – Bahia

Campo	Informação
Objeto	Construção da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas/BA
Natureza da contratação	Obra pública de engenharia
Valor estimado corrigido	R\$ 859.218,54
Prazo estimado de execução	8 meses, correspondentes a 240 dias corridos
Regime sugerido	Empreitada por preço global
Critério sugerido	Menor preço global
BDI adotado	24,00%, regime não desonerado
Responsável técnico	Wellisson da Silva Amado – Engenheiro Civil – CREA-BA 67324/D

Caraíbas/BA, 04 maio de 2026.

Sumário

1. Introdução	3
2. Identificação da necessidade pública.....	3
3. Alinhamento ao planejamento da administração	3
4. Requisitos da contratação	4
5. Levantamento de mercado e análise das alternativas.....	4
6. Descrição da solução como um todo	6
7. Estimativa de quantidades e metodologia de dimensionamento	6
8. Estimativa do valor da contratação.....	7
9. Justificativa para o não parcelamento da contratação	7
10. Regime de execução, modalidade e critério de julgamento sugeridos.....	8
11. Contratações correlatas ou interdependentes	8
12. Providências prévias à contratação.....	8
13. Sustentabilidade, acessibilidade e impactos ambientais	9
14. Análise preliminar de riscos	9
15. Requisitos de habilitação técnica e parcelas de maior relevância.....	11
16. Gráfico das parcelas de maior relevância	12
17. Resultados pretendidos	12
18. Critérios preliminares de medição e pagamento.....	13
20. Controle tecnológico e controle de qualidade.....	13
21. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação	14
22. Checklist de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.....	14

1. Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade, a viabilidade técnica, econômica, operacional e jurídica da contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas/BA. A contratação é analisada sob a perspectiva do planejamento público, da seleção da solução mais adequada ao interesse coletivo, da economicidade, da eficiência administrativa e da rastreabilidade dos fundamentos técnicos que deverão instruir a fase preparatória do procedimento licitatório.

A elaboração observa a Lei nº 14.133/2021, em especial o art. 18, que disciplina a fase preparatória e o conteúdo do Estudo Técnico Preliminar, bem como os arts. 6º, inciso XXV, 23, 45, 46, 67, 92, 117 e 124, no que se relacionam à definição da solução de engenharia, estimativa de custos, regime de execução, habilitação técnica, gestão contratual e alterações contratuais. A análise também considera normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras de segurança do trabalho, requisitos de acessibilidade e diretrizes sanitárias aplicáveis às edificações vinculadas ao setor de saúde.

2. Identificação da necessidade pública

A necessidade pública decorre da carência de uma infraestrutura física centralizada, adequada e funcional para abrigar as atividades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas/BA. A dispersão de setores, a utilização de espaços improvisados ou inadequados e a limitação de ambientes compatíveis com atividades de gestão, atendimento, regulação, vigilância e apoio administrativo podem comprometer a eficiência dos serviços públicos de saúde e a qualidade do atendimento ao cidadão.

A construção de sede própria permite organizar os fluxos internos, racionalizar o atendimento, reduzir custos recorrentes com adaptações, manutenção de imóveis inadequados e eventuais locações, além de consolidar patrimônio público permanente. A solução também favorece a padronização das instalações, a melhoria das condições de trabalho dos servidores, a acessibilidade dos usuários e a adequação dos ambientes às exigências de segurança, salubridade, higiene e desempenho funcional.

3. Alinhamento ao planejamento da administração

A contratação apresenta aderência ao planejamento institucional da área de saúde, uma vez que busca estruturar fisicamente a unidade administrativa responsável pela organização, coordenação e execução das políticas públicas municipais de saúde. Recomenda-se que a autoridade competente junte aos autos declaração formal de compatibilidade com o planejamento orçamentário, com o plano de contratações anual, quando existente, e com a programação financeira municipal.

A execução da obra também deve ser compatibilizada com a disponibilidade orçamentária, com a autorização administrativa competente, com o cronograma físico-financeiro e com a

capacidade de fiscalização da administração, evitando início de obra sem a presença dos elementos técnicos, legais e financeiros indispensáveis.

4. Requisitos da contratação

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, legais, operacionais, ambientais e de segurança do trabalho, considerando a natureza de obra pública de engenharia e a finalidade institucional da edificação. A contratada deverá possuir capacidade técnico-operacional, equipe habilitada, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, além de condições econômicas compatíveis com a execução integral do objeto.

Grupo de requisito	Exigência mínima recomendada
Técnico-constructivo	Execução conforme projetos, orçamento, memorial descritivo, especificações técnicas, normas ABNT aplicáveis e boas práticas de engenharia.
Estrutural	Observância às normas de estruturas de concreto, ações nas edificações, fundações, durabilidade, cobrimento, controle tecnológico e recebimento dos serviços.
Instalações prediais	Execução das instalações hidrossanitárias, elétricas, lógica, prevenção e alarme conforme projetos, normas técnicas e requisitos de segurança.
Acessibilidade	Atendimento aos parâmetros de acessibilidade, circulação, sanitários, rampas, corrimãos, sinalização e uso seguro por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
Sanitário-funcional	Adoção de materiais de fácil limpeza, ambientes adequados ao uso administrativo em saúde e compatibilidade com as diretrizes sanitárias aplicáveis.
Segurança do trabalho	Implementação do PGR, cumprimento da NR-18, NR-10, fornecimento e fiscalização do uso de EPIs e EPCs, sinalização, treinamento e controle de riscos.
Sustentabilidade	Gestão de resíduos, uso racional de água e energia, controle de desperdícios, priorização de materiais regulares e destinação ambientalmente adequada.

5. Levantamento de mercado e análise das alternativas

Foram consideradas alternativas aptas a atender à necessidade pública: locação de imóvel privado, reforma ou adaptação de edificação existente, construção nova por sistema convencional e construção com sistemas industrializados. A análise técnica indicou que a

construção nova por sistema convencional representa a solução mais adequada para o caso, por permitir controle integral do programa de necessidades, implantação conforme layout funcional, compatibilidade com as normas de acessibilidade e segurança, maior vida útil e menor dependência de adaptações futuras.

Alternativa	Vantagens	Limitações	Conclusão técnica
Locação de imóvel	Menor prazo inicial para ocupação.	Não constitui patrimônio público, exige adaptações, pode gerar custos recorrentes e limitações funcionais.	Não recomendada como solução principal.
Reforma de imóvel existente	Pode aproveitar estrutura já disponível.	Depende do estado da edificação, pode gerar aditivos, limita layout e desempenho.	Somente seria viável com imóvel apto e estudo específico, não sendo a solução mais eficiente.
Construção nova convencional	Permite solução sob medida, controle de qualidade, vida útil adequada, uso de materiais disponíveis regionalmente e fiscalização simplificada.	Exige processo licitatório e prazo de execução compatível.	Solução recomendada.
Sistema industrializado	Pode reduzir prazo em alguns cenários.	Maior dependência de fornecedores especializados, transporte e compatibilidade com orçamento público local.	Não se mostra mais vantajoso para o presente caso.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de empresa de engenharia para execução de edificação pública destinada ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas/BA. O escopo compreende administração local, serviços preliminares, canteiro de obras, movimento de terras, fundações, superestrutura em concreto armado, lajes pré-moldadas, sistema de vedação vertical, esquadrias, revestimentos, cobertura, pisos, pinturas, instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, lógica, prevenção e alarme, louças, metais, acessórios e serviços finais.

A metodologia executiva deverá observar a sequência lógica das etapas construtivas, com controle de qualidade dos materiais, rastreabilidade das medições, compatibilização entre projetos e orçamento, emissão de registros de fiscalização e comprovação objetiva dos serviços executados. O sistema construtivo adotado, composto por fundações, concreto armado, alvenaria de vedação, laje pré-moldada e cobertura termoacústica, é compatível com a disponibilidade regional de insumos e mão de obra, além de favorecer manutenção futura e desempenho adequado da edificação.

7. Estimativa de quantidades e metodologia de dimensionamento

As quantidades foram estimadas a partir da solução de engenharia definida para a edificação, contemplando os serviços necessários à entrega integral do equipamento público em condições de uso. A estimativa quantitativa apresenta coerência com as macroetapas de obra, abrangendo desde os serviços preliminares até os serviços finais.

Item	Macroetapa	Valor total	Peso (%)
1	Administração local	R\$ 49.794,00	5,80%
2	Serviços preliminares	R\$ 54.887,45	6,39%
3	Movimento de terras para fundações	R\$ 11.020,24	1,28%
4	Fundações	R\$ 92.722,49	10,79%
5	Superestrutura	R\$ 153.431,69	17,86%
6	Sistema de vedação vertical	R\$ 40.919,01	4,76%
7	Esquadrias	R\$ 51.248,75	5,96%
8	Revestimentos internos e externos	R\$ 106.185,44	12,36%
9	Cobertura	R\$ 56.948,73	6,63%
10	Sistemas de pisos	R\$ 69.790,10	8,12%
11	Pinturas e acabamentos	R\$ 96.017,63	11,17%

12	Instalações hidráulicas	R\$ 13.725,76	1,60%
13	Instalações sanitárias	R\$ 8.986,95	1,05%
14	Louças, acessórios e metais	R\$ 6.381,44	0,74%
15	Instalações elétricas 220 V	R\$ 45.190,54	5,26%
16	Serviços finais	R\$ 1.968,32	0,23%

A distribuição dos valores evidencia predominância técnica da superestrutura, dos revestimentos, das pinturas e acabamentos, das fundações e dos sistemas de pisos, compatível com obra de edificação pública de pequeno a médio porte. A análise confirma que o orçamento contempla serviços essenciais e interdependentes, não se tratando de aquisição isolada de materiais ou serviços autônomos.

8. Estimativa do valor da contratação

O valor estimado da contratação é de R\$ 859.218,54, já corrigido para manter coerência com o orçamento de referência consolidado. O valor sem BDI corresponde a R\$ 692.988,24, o BDI totaliza R\$ 166.230,30 e a taxa de BDI adotada é de 24,00%, em regime não desonerado. Os custos foram estruturados com base em sistemas referenciais oficiais, utilizando SINAPI 01/2026 – Bahia, SBC 01/2026 – Bahia, ORSE 12/2025 – Sergipe e SEINFRA 028 – Ceará.

Componente	Valor
Total sem BDI	R\$ 692.988,24
BDI	24,00%
Valor do BDI	R\$ 166.230,30
Valor global estimado	R\$ 859.218,54

A adoção de sistemas oficiais de custos confere maior rastreabilidade, transparência e comparabilidade ao orçamento estimativo, atendendo ao dever de motivação e à necessidade de demonstrar compatibilidade com valores praticados no mercado da construção civil pública.

9. Justificativa para o não parcelamento da contratação

Recomenda-se a contratação em lote único, sem parcelamento do objeto, em razão da interdependência técnica entre fundações, superestrutura, vedações, cobertura, instalações prediais e acabamentos. O fracionamento poderia gerar conflitos de responsabilidade técnica, perda de garantia sistêmica, sobreposição de mobilização, dificuldades de

compatibilização executiva, aumento de riscos de aditivos e prejuízo à fiscalização integrada.

O não parcelamento preserva a responsabilidade global da contratada pela entrega da edificação em funcionamento, facilita a gestão contratual, reduz interfaces críticas e assegura melhor controle de prazo, qualidade, segurança e desempenho. A solução observa a busca pela economicidade e pela eficiência administrativa, sem afastar a competitividade do certame, pois o objeto é compatível com empresas de engenharia de porte adequado ao valor estimado e à complexidade da obra.

10. Regime de execução, modalidade e critério de julgamento sugeridos

Considerando que o objeto possui escopo definido, quantitativos estimados em orçamento detalhado, projeto de engenharia e cronograma físico-financeiro, recomenda-se a adoção do regime de empreitada por preço global, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento sugerido é o menor preço global, preservados os critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, a análise de exequibilidade e a compatibilidade da proposta com o orçamento de referência.

A modalidade adequada deverá ser definida pela autoridade competente de acordo com a natureza, o valor e a disciplina interna do ente municipal, sendo tecnicamente recomendável a concorrência, preferencialmente em forma eletrônica, por se tratar de obra pública de engenharia com valor global estimado superior aos limites usualmente associados à contratação direta por valor.

11. Contratações correlatas ou interdependentes

Não se identifica, para a execução do objeto principal, necessidade de contratação autônoma obrigatória que inviabilize o prosseguimento da obra. Entretanto, a administração deverá assegurar previamente a disponibilidade dos elementos técnicos indispensáveis, tais como projetos, orçamento, cronograma, composição de BDI, memorial descritivo, ART/RRT correspondente, licença ou autorização municipal pertinente, definição do fiscal do contrato e disponibilidade da área de implantação.

Caso a administração opte por contratar separadamente serviços de fiscalização, sondagem complementar, controle tecnológico, revisão de projeto, topografia ou apoio técnico, tais contratações deverão ser compatibilizadas com o cronograma da obra, evitando atrasos, sobreposição de responsabilidades ou lacunas na fiscalização.

12. Providências prévias à contratação

Providência	Finalidade	Responsável recomendado
Juntada da declaração de disponibilidade	Comprovar viabilidade financeira e adequação à programação	Setor

orçamentária	municipal.	financeiro/contabilidade
Confirmação da titularidade ou disponibilidade da área	Evitar paralisações por restrição fundiária ou impedimento de acesso.	Administração municipal
ART/RRT dos projetos e orçamento	Garantir responsabilidade técnica e rastreabilidade profissional.	Responsável técnico
Designação de fiscal e gestor do contrato	Atender ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e assegurar acompanhamento técnico.	Autoridade competente
Verificação de licenças e autorizações	Evitar embargo, paralisação ou inconformidade urbanística.	Setor de engenharia/obras
Compatibilização das peças técnicas	Reduzir riscos de divergência entre projeto, orçamento, cronograma e edital.	Equipe técnica

13. Sustentabilidade, acessibilidade e impactos ambientais

A contratação deverá observar diretrizes de sustentabilidade compatíveis com a natureza da obra, incluindo redução de desperdícios, segregação e destinação adequada de resíduos da construção civil, uso racional de água e energia, aquisição de materiais regulares, controle de poeira e ruído, limpeza permanente do canteiro e prevenção de danos ao entorno urbano.

A edificação deverá atender aos requisitos de acessibilidade, permitindo uso seguro e autônomo por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Deverão ser observados parâmetros de circulação, rampas, corrimãos, sanitários acessíveis, portas, vãos, sinalização e demais condições de segurança e conforto previstas nas normas técnicas aplicáveis.

Os impactos ambientais previstos são ordinários e controláveis, típicos de obra de edificação urbana. Não se identificam, nesta fase, impedimentos ambientais que inviabilizem a contratação, desde que sejam adotadas medidas de controle de resíduos, proteção do solo, organização do canteiro, controle de ruídos e destinação regular de entulhos.

14. Análise preliminar de riscos

A análise preliminar de riscos busca antecipar eventos capazes de afetar custo, prazo, qualidade, segurança e continuidade da obra. As medidas indicadas deverão ser incorporadas à gestão contratual e à fiscalização, sem prejuízo de matriz de riscos mais detalhada no instrumento convocatório e no contrato, quando aplicável.

Risco	Causa provável	Impacto	Probabilidade	Medida de mitigação	Alocação preliminar
Atraso na execução	Chuvas, falhas de mobilização, insuficiência de equipe ou suprimentos.	Prorrogação de prazo e atraso na entrega do equipamento.	Média	Planejamento por frentes de serviço, cronograma realista, reuniões periódicas e fiscalização contínua.	Contratada, salvo fato extraordinário.
Divergência entre projeto e campo	Levantamento incompleto ou interferências não previstas.	Necessidade de ajuste técnico e risco de aditivo.	Média	Vistoria prévia, compatibilização das peças e registro formal das soluções.	Administração e contratada, conforme origem.
Material fora de especificação	Compra inadequada, fornecedor irregular ou falta de controle.	Redução de desempenho e vida útil.	Média	Amostras, laudos, notas fiscais, controle de recebimento e rejeição de materiais incompatíveis.	Contratada.
Acidente de trabalho	Falha no uso de EPIs/EPCs, ausência de treinamento ou canteiro inseguro.	Danos pessoais, paralisação e responsabilização.	Média	Cumprimento da NR-18, NR-10, PGR, treinamentos, sinalização e fiscalização de segurança.	Contratada.
Aumento de custos ordinários	Variação normal de mercado ou falha de planejamento	Pressão por reequilíbrio indevido.	Média	Propostas compatíveis, análise de exequibilidade e alocação de	Contratada.

	o da empresa.			riscos ordinários à contratada.	
Paralisação por ausência de providência administrativa	Falta de licença, área indisponível ou ausência de fiscal.	Atraso e insegurança contratual.	Baixa média	Conferência prévia dos requisitos administrativos antes da ordem de serviço.	Administração.

15. Requisitos de habilitação técnica e parcelas de maior relevância

Para preservar a competitividade e a proporcionalidade, a qualificação técnica deverá restringir-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, com exigência de quantitativos mínimos limitada a até 50% das quantidades previstas. O limite de 4% do valor global estimado corresponde a R\$ 34.368,74. As parcelas abaixo superam esse limite e apresentam relevância técnica compatível com a natureza da obra.

Parcela relevante	Und	Quant. total	Valor total	Peso	Quant. mínima até 50%
Massa única em argamassa aplicada em paredes internas	m²	1.400,93	R\$ 80.945,73	9,42%	700,47
Laje pré-moldada unidirecional, biapoiada, para forro	m²	260,56	R\$ 56.463,35	6,57%	130,28
Telhamento com telha metálica termoacústica, e = 30 mm	m²	252,44	R\$ 51.866,32	6,04%	126,22
Aplicação manual de massa acrílica em paredes externas	m²	1.482,26	R\$ 38.790,74	4,51%	741,13
Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados	m²	409,86	R\$ 36.575,90	4,26%	204,93
Montagem e desmontagem de fôrma de viga com escoramento	m²	287,99	R\$ 35.437,16	4,12%	144,00

A comprovação deverá admitir somatório de atestados, desde que os serviços sejam compatíveis em características, quantidades, complexidade tecnológica e operacional. Não

se recomenda exigir execução em local específico, período limitado ou vinculação a determinado ente contratante, salvo justificativa técnica expressa, sob pena de restrição indevida à competitividade.

16. Gráfico das parcelas de maior relevância



Figura 1 – Representatividade percentual das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

17. Resultados pretendidos

A contratação pretende entregar à população uma sede administrativa de saúde adequada, segura, acessível e funcional, capaz de centralizar serviços, melhorar a eficiência da gestão pública, reduzir improvisações físicas, proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e ampliar a qualidade do atendimento indireto ao cidadão.

Resultado esperado	Indicador de verificação
Entrega da edificação em condições de uso	Recebimento provisório e definitivo sem pendências impeditivas.
Melhoria da eficiência administrativa	Setores de saúde concentrados em espaço próprio e funcional.
Segurança e acessibilidade	Conformidade com projetos, normas e vistorias de recebimento.
Economicidade	Execução dentro do valor contratado, salvo alterações justificadas e legalmente admitidas.
Transparência e controle	Medições rastreáveis, relatórios técnicos e

18. Critérios preliminares de medição e pagamento

As medições deverão ocorrer por serviços efetivamente executados, aprovados pela fiscalização e compatíveis com o cronograma físico-financeiro. O pagamento deverá observar a execução física real, os preços contratados, os critérios de aceitabilidade e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada. Não deverão ser pagos materiais simplesmente adquiridos, estocados ou transportados sem incorporação à obra, salvo previsão expressa e justificada no instrumento contratual.

A fiscalização deverá verificar quantitativos, qualidade, conformidade com especificações, registros fotográficos, diários de obra, notas de materiais quando necessárias, ensaios e demais elementos comprobatórios. Serviços executados em desacordo com projetos, normas ou especificações deverão ser rejeitados, corrigidos ou refeitos pela contratada, sem ônus adicional à administração, quando a inconformidade decorrer de culpa da contratada.

19. Gestão e fiscalização contratual

A execução deverá ser acompanhada por gestor e fiscal formalmente designados, observando o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização técnica deverá acompanhar a qualidade, o prazo, os quantitativos, a segurança do trabalho, a aderência aos projetos, o cumprimento das normas e a compatibilidade entre medição e execução real. O gestor do contrato deverá controlar prazos, saldos, aditivos, garantias, notificações e demais aspectos administrativos da contratação.

Recomenda-se a manutenção de diário de obra, registros fotográficos periódicos, atas de reunião, relatórios mensais, controle de não conformidades, termo de recebimento de etapas e arquivo técnico organizado. Tais instrumentos reduzem risco de litígios, impugnações, glosas e apontamentos de controle.

20. Controle tecnológico e controle de qualidade

A contratada deverá implementar procedimentos de controle de qualidade compatíveis com a natureza dos serviços, contemplando recebimento de materiais, verificação de conformidade, conferência dimensional, controle de concreto, armaduras, fôrmas, alvenarias, revestimentos, impermeabilizações, instalações prediais e acabamentos. O controle tecnológico deverá ser exigido especialmente para elementos estruturais, concretos, armaduras, fundações, impermeabilizações e demais serviços cujo desempenho afete a segurança, durabilidade e funcionalidade da edificação.

21. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação

Com base na análise técnica, econômica, operacional e jurídica, conclui-se pela viabilidade da contratação da obra de construção da Secretaria Municipal de Saúde de Caraíbas/BA. A solução de construção nova em sistema convencional mostra-se adequada à necessidade pública identificada, compatível com o interesse público, tecnicamente exequível, economicamente estimada com base em referenciais oficiais e passível de execução no prazo de 8 meses, desde que observadas as providências prévias, a fiscalização técnica e os critérios de controle de qualidade.

O valor global estimado de R\$ 859.218,54 encontra-se estruturado em macroetapas coerentes com a natureza da obra, com BDI de 24,00% e regime não desonerado. Recomenda-se o prosseguimento da fase preparatória, com adoção de empreitada por preço global, julgamento por menor preço global, definição clara das parcelas de maior relevância técnica e inclusão de matriz de riscos, critérios de medição, requisitos de qualidade e obrigações contratuais compatíveis com a Lei nº 14.133/2021.

22. Checklist de conformidade com a Lei nº 14.133/2021

Requisito	Fundamento	Status	Observação técnica
Descrição da necessidade	Art. 18, §1º, I	Atendido	Necessidade pública caracterizada pela demanda de sede própria e funcional para a Secretaria Municipal de Saúde.
Demonstração da previsão no planejamento	Art. 18, §1º, II	Atendido com providência	Recomendada juntada de declaração de compatibilidade com o planejamento e orçamento municipal.
Requisitos da contratação	Art. 18, §1º, III	Atendido	Requisitos técnicos, normativos, ambientais, operacionais e de segurança definidos.
Estimativas de quantidades	Art. 18, §1º, IV	Atendido	Quantidades e macroetapas estruturadas em orçamento de referência.
Levantamento de mercado	Art. 18, §1º, V	Atendido	Comparadas alternativas de locação, reforma, construção convencional e sistema industrializado.

Estimativa do valor	Art. 18, §1º, VI e art. 23	Atendido	Valor global corrigido para R\$ 859.218,54, com bases oficiais e BDI de 24,00%.
Descrição da solução como um todo	Art. 18, §1º, VII	Atendido	Solução de engenharia descrita de forma integrada.
Justificativa para parcelamento ou não parcelamento	Art. 18, §1º, VIII	Atendido	Recomendado não parcelamento por interdependência técnica.
Resultados pretendidos	Art. 18, §1º, IX	Atendido	Resultados e indicadores de verificação definidos.
Providências prévias	Art. 18, §1º, X	Atendido	Indicadas providências administrativas, técnicas, orçamentárias e de fiscalização.
Contratações correlatas/interdependentes	Art. 18, §1º, XI	Atendido	Não identificada contratação autônoma obrigatória, sem prejuízo de apoios técnicos específicos.
Impactos ambientais	Art. 18, §1º, XII	Atendido	Impactos ordinários controláveis com medidas de gestão de resíduos e canteiro.
Posicionamento conclusivo	Art. 18, §1º, XIII	Atendido	Viabilidade técnica, econômica e jurídica expressamente declarada.
Projeto básico futuro ou correlato	Art. 6º, XXV	Atendido	Solução compatível com elementos técnicos necessários à caracterização da obra.
Regime de execução	Art. 46	Atendido	Recomendada empreitada por preço global.
Habilitação técnica	Art. 67	Atendido	Parcelas relevantes definidas com limite de 4% e quantitativos até 50%.
Gestão e fiscalização	Art. 117	Atendido	Prevista designação e atuação de gestor e fiscal.

Alterações contratuais	Art. 124	Atendido	Eventuais alterações deverão ser justificadas, motivadas e formalizadas dentro dos limites legais.
------------------------	----------	----------	--

Caraíbas/BA, maio de 2026.

Wellisson da Silva Amado
Engenheiro Civil | CREA-BA 67324/D

Documento emitido por: Wellisson da Silva Amado | Engº Civil | CREA BA 67324/D